

O Movimento de Mulheres Camponesas em movimento: relações e trajetórias em Santa Catarina

Fernanda Folster de Paula¹

Resumo

Este artigo investiga as mudanças nas reivindicações, nos repertórios e nas identidades dos movimentos sociais, utilizando uma abordagem relacional. Observando o Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC-SC), são analisadas as mudanças do movimento em seus 37 anos de história, argumentando que a análise, a partir das relações que o movimento estabelece com outros atores sociais, como Estado, partidos políticos, e demais organizações da sociedade civil, é uma chave de leitura importante para entender suas mudanças. É nas relações sociais que o MMC-SC negocia e constitui suas reivindicações e seus repertórios, e demarca as diferenças que constituem os sujeitos representados. A partir da análise de entrevistas semiestruturadas realizadas com militantes do MMC, de revisão bibliográfica, e da análise de publicações do movimento, este artigo retoma algumas destas relações para entender as mudanças pelas quais passou o movimento social, argumentando as potencialidades de um estudo relacional.

Palavras-chave: Movimento de Mulheres Camponesas. Gênero. Campesinato. Repertórios. Identidade.

Introdução

Este artigo² investiga as mudanças nas reivindicações, nos repertórios e nas identidades dos movimentos sociais (MSs), argumentando que uma

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Sociologia na mesma instituição. E-mail: fer.folster@gmail.com

2 Este artigo foi elaborado a partir dos resultados da pesquisa de mestrado “Os sentidos da terra para as mulheres rurais organizadas”, que contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio do processo nº 2018/12938-7.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

abordagem relacional no estudo dos MSs, de como eles se constituem e transformam na relação com diferentes atores sociais, possibilita ganhos analíticos para entender suas mudanças. Para tanto, observo o caso do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), integrado em Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em 2004, passando a constituir a seção estadual deste movimento. Este é um movimento privilegiado para a investigação proposta, devido à sua história de 37 anos de existência e às amplas mudanças pelas quais passou nesse período.

Constituído em 1983, no município de Nova Itaberaba/SC, o MMA tinha como primeiras demandas a conquista de direitos trabalhistas para as mulheres rurais, como direito à previdência e ao salário-maternidade. Desde as primeiras mobilizações, a diferença de gênero foi um elemento central no ativismo das mulheres, animadas pelas discussões políticas promovidas pelas atividades da teologia da libertação na região, e pelo crescente ativismo no interior dos sindicatos rurais nos anos 1980 (DE PAULA, 2020a). Em 1983, mulheres rurais do município de Nova Itaberaba/SC, criaram uma chapa de oposição sindical, que em 1984 se transformou em Organização de Mulheres Agricultoras, cujo objetivo era a luta pelos direitos trabalhistas das mulheres (MMA, 1992). Em 1986, esta organização se transformou em MMA – movimento social exclusivo de mulheres rurais (MMA, 1992).

Movimentos sociais são caracterizados, neste artigo, como organizações não estatais que competem por recursos (TARROW, 2009) e, ao mesmo tempo, expressam uma identidade coletiva³ – no caso, como *mulheres agriculturas*, num primeiro momento, e como *mulheres camponesas*, a partir de 2004 – identidade que se modifica mediante a atuação do próprio movimento: “[...] os participantes de movimentos nacionais fazem reivindicações às autoridades, mas também afirmam suas próprias identidades – ou das populações em nome das quais dizem falar – como atores dignos, significativos e solidários” (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 22). Não

3 Por identidade coletiva entendo “[...] o processo de significação pelo qual experiências comuns em torno de eixos específicos de diferenciação – classe, casta ou religião – são investidas de significados particulares” (BRAH, 2006, p. 371-372). Em suma, identidades coletivas não são essenciais, mas construídas a partir das diferentes experiências individuais, e expressas coletivamente.

apenas em relação às melhores estratégias na competição por recursos, mas também em relação à identidade construída e expressa na ação coletiva, o movimento social constrói repertórios (TARROW, 2009), entendidos aqui como as formas de ação utilizadas (por exemplo, marchas, ocupações de terras e de instituições públicas, protestos etc.).

Utilizando como chave de análise que os movimentos sociais, conforme foram caracterizados, estão em permanente transformação, já que se constituem mutuamente as relações que estabelecem com demais atores – por exemplo, com o Estado (LAVALLE *et al.*, 2018), demais movimentos sociais e partidos políticos, movimentos transnacionais e organizações da sociedade civil –, este artigo analisa brevemente como algumas dessas relações influíram na trajetória do MMC-SC, principalmente no que diz respeito às suas reivindicações, aos seus repertórios, e às identidades coletivas que são representadas no interior do movimento.

Ponto fundamental para entender as mudanças pela qual o MMA passa é sua transformação e nacionalização no MMC. Mediante a nacionalização do movimento em 2004, as reivindicações do MMC-SC vão se alinhando a um horizonte mais amplo de demandas, ao se nomearem como feministas e em favor de uma agricultura agroecológica, passando do polo da igualdade para o polo da autonomia (DE PAULA, 2020a); os repertórios vão sendo modificados para melhor contemplar as novas pautas e a nova identidade que o movimento assume ao se nacionalizar; e as identidades coletivas congregadas no interior do movimento se ampliam. Este artigo analisa tais mudanças a partir das relações que o MMA e MMC-SC estabelecem com outros atores, principalmente com a Via Campesina⁴ e com o Estado.

4 A criação da Via foi debatida numa reunião que contou com a presença de diversos movimentos camponeses ainda em 1992 em Manáguá, Nicarágua, e seu primeiro congresso aconteceu em 1993, em Mons, na Bélgica. Desde o final da década de 1980, diversos movimentos camponeses, por exemplo, a Confederação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores Camponeses, da França, a National Farmers Union (NFU), no Canadá, e a União Nacional de Agricultura e Pecuária da Nicarágua (Unag) vinham se articulando para criar uma frente de mobilização principalmente contra o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), e também contra a atuação de grandes empresas transnacionais do agronegócio (NIEMEYER, 2006). Tais articulações foram o embrião para a organização da Via, já que foi nestas reuniões transnacionais que começou a se gestar a ideia de uma organização camponesa global (NIEMEYER, 2006).

A análise da trajetória e das mudanças do MMC-SC a partir da relação com diferentes atores e organizações não é a única possível. É possível analisar também tais mudanças a partir da relação do movimento com o contexto local das disputas políticas e da produção agrícola em Santa Catarina (DE PAULA, 2020a), e mesmo a partir do modo como o movimento vai, ao longo do tempo, qualificando seu ativismo em relação ao gênero e à terra, que ganham sentido relacional e contextualmente. Entretanto, o argumento aqui exposto é que, investigar os movimentos sociais a partir das relações que eles estabelecem com outros atores e organizações, é um passo analítico importante para estudá-los, e em especial, suas mudanças ao longo do tempo.

Para a análise aqui proposta, utilizo cartilhas e informativos produzidos pelo MMA e pelo MMC, bem como pesquisas já feitas sobre esses movimentos (BONI, 2012, 2013; BORDALO, 2011; BUTTO, 2017 etc.). Além disso, recorro a 11 entrevistas semiestruturadas realizadas com as militantes entre 2018 e 2019, durante realização da pesquisa de mestrado⁵. As mulheres entrevistadas são militantes com diferentes tempos de atuação no interior do movimento, mas que, em geral, adentraram no MMA entre o final da década de 1980 e 1990, e que atualmente participam de diferentes níveis de coordenação (regional, estadual ou nacional). As entrevistas foram conduzidas, num primeiro momento, no Centro de Formação do MMC em Chapecó, e, posteriormente, na casa das mulheres, todas residentes da Macrorregião Oeste do Estado de Santa Catarina.

Para os objetivos deste artigo, retomo a trajetória do MMC-SC, demonstrando as relações que o movimento estabeleceu com outros atores, e as mudanças no que diz respeito às reivindicações, aos repertórios e às identidades coletivas que estão agregadas no movimento. Como mencionado, nesta trajetória, importa atentar especialmente para a transformação do MMA em MMC-SC, momento em que o ativismo no interior do movimento ganha nova densidade, toma passos importantes para sua

5 As entrevistas aqui transcritas estão indicadas pelo uso de itálico, e o nome das entrevistadas foi alterado para garantir o sigilo das informantes (de acordo com as recomendações do Comitê de Ética). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, CAAE: 02209018.0.0000.8142. Para mais informações sobre as entrevistas realizadas, ver: De Paula, 2020a.

inscrição na tradição das lutas feministas, e passa a disputar os sentidos do desenvolvimento rural em escala nacional, acarretando mudanças nas reivindicações, nos repertórios e na identidade coletiva do movimento. Na conclusão, recupero os ganhos analíticos do estudo dos movimentos sociais a partir da investigação da relação que estabelecem com demais atores, em especial para o estudo das mudanças nos MSs, a partir do caso do MMC.

As primeiras mobilizações e a criação do Movimento de Mulheres Agricultoras

As primeiras mobilizações do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) foram em torno da disputa pela sindicalização autônoma das mulheres, num contexto em que a sindicalização das mulheres era feita associada à sindicalização dos homens da família (geralmente, pais e maridos); e pela conquista de direitos trabalhistas, como direito à aposentadoria aos 55 anos e o direito ao salário-maternidade. Em suma, elas estavam reivindicando a diferença de gênero como elemento que constitui os sujeitos (BRAH, 2006), ao mesmo tempo em que reivindicavam que isso não implicasse desigualdades no mundo do trabalho (DE PAULA, 2020a).

Em que pese as diferenças, observando as entrevistas realizadas com as mulheres militantes, é possível perceber certa semelhança na história de vida das mulheres que criaram e que participaram do movimento nas décadas de 1980 e 1990. De modo geral, são todas de famílias imigrantes, ou de famílias descendentes de imigrantes. Apesar das diferentes nacionalidades das famílias (em geral, italianas, alemãs, ou polonesas), foi possível perceber o peso da autoridade dos homens da família na vida das mulheres, principalmente dos pais e maridos, que possuíam forte influência sobre a definição do que é o trabalho das mulheres, e sobre quais atividades no espaço público elas deveriam se engajar (DE PAULA, 2020a). As mulheres militantes entrevistadas narraram também a forte influência da religião católica ou protestante na vida comunitária rural (DE PAULA, 2020a).

Importa destacar, ainda, que é comum a experiência de ter vivido as transformações que a emergência das agroindústrias e do agronegócio causaram na produção camponesa, principalmente com o início dos contratos

de trabalho integrado⁶ e com a mudança no modo de produção, impulsionada por tais contratos e pelo Estado (DE PAULA, 2020b). No que diz respeito especificamente às mulheres camponesas, esse processo tornou rígida as divisões entre trabalho produtivo e reprodutivo⁷, subordinando a participação das mulheres no âmbito produtivo e dificultando seu acesso à renda, além de ter desvalorizado socialmente os trabalhos reprodutivos (DE PAULA, 2020b). Em síntese, tais transformações aprofundaram as assimetrias de gênero nas famílias camponesas (DE PAULA, 2020b). Além disso, também é comum entre elas o ingresso na vida política a partir da participação em atividades na igreja e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e a participação no sindicato de trabalhadores rurais, que se tornava, neste momento, um local central de disputa política.

São tais experiências que, no processo de formação política, inicialmente nas atividades da igreja e do sindicato e, posteriormente, no movimento social, vão sendo “investidos de significados particulares” (BRAH, 2006, p. 371), o que vai criando a identidade coletiva no movimento como “mulheres agricultoras”. Assim, a homogeneidade nas experiências de vida dessas mulheres – são todas brancas, vindas de famílias agricultoras marcadas pela desigualdade de gênero no que diz respeito ao acesso e uso da terra e às possibilidades de socialização, e que vivenciaram o processo de modernização da agricultura (DE PAULA, 2020) –, sem dúvida, contribuiu para o rápido reconhecimento entre as mulheres das recorrências das desigualdades que viviam (neste momento, atribuídas, pelo movimento, às

6 A integração entre agricultores e agronegócio caracteriza a situação de terceirização de uma parte do processo produtivo do agronegócio às famílias agricultoras (por exemplo, produção de leite, engorda de animais etc.). Nesse processo, as famílias são compelidas a seguir as normas técnico-produtivas das grandes empresas. Em 2016, esse tipo de contrato agrícola foi regulamentado por meio da Lei nº 13.288, e não constitui vínculo trabalhista entre as empresas e os agricultores.

7 “Segundo Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho tem como característica a designação dos homens à produção, e das mulheres à reprodução, além da divisão hierárquica dos trabalhos, na qual, ao trabalho dos homens, é atribuído valor maior do que ao das mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007; KERGOAT, 2009). Em geral, o âmbito da produção é associado ao espaço público, e a reprodução, ao espaço privado (HIRATA; KERGOAT, 2007; KERGOAT, 2009). Entretanto, no espaço rural do Oeste Catarinense, ambas as atividades são realizadas na unidade produtiva familiar, ou seja, no espaço privado. Desse modo, mais que uma definição por meio da atribuição entre o espaço onde cada trabalho é realizado, a distinção entre trabalho produtivo e reprodutivo diz respeito à remuneração financeira do primeiro, bem como a diferença de status atribuídos a eles (FARIA, 2011)” (DE PAULA, 2020b, p. 392). Para saber mais sobre as transformações nos trabalhos das mulheres agricultores mediante a modernização da agricultura, ver: De Paula, 2020b.

diferenças de classe e gênero), e para a constituição do movimento social sob uma identidade unificada.

Os repertórios das primeiras reivindicações incluíram abaixo-assinados e atos públicos. Em 12 de agosto de 1986, ano em que a organização de mulheres se formalizou como movimento social, o MMA organizou um ato em Xanxerê que reuniu 15 mil mulheres (MMA, 1992), para marcar a data de assassinato de Margarida Alves⁸, que foi uma importante liderança do sindicato dos trabalhadores rurais na Paraíba. Esse ato fortaleceu a organização de uma caravana de mulheres do MMA à Brasília para exigir direitos trabalhistas ao governo federal (MMC, 2008).

Ainda em 1986, participaram do primeiro Encontro Nacional de Mulheres Rurais, realizado em Barueri/SP, com apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O encontro evidencia como diversos movimentos de mulheres rurais já estavam em diálogo no final dos anos 1980, o que concorre para confluência de reivindicações nas décadas posteriores. Ainda que a proposta inicial do encontro, a unificação dos diversos movimentos de mulheres rurais numa frente nacional, tenha sido descartada nesse primeiro momento, ele foi um pontapé inicial para a organização da Articulação das Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Região Sul (AIMTR-SUL) (BORDALO, 2011). Essa organização foi um importante canal de diálogo entre as mulheres trabalhadoras rurais no sul do país, e organizou as bases na região sul para a posterior criação do MMC.

Importa atentar que o MMA emerge na relação – seja de cooperação, de contestação, ou em outros sentidos – com diversas organizações religiosas, sindicatos, e com diferentes movimentos de mulheres rurais, compondo com esses últimos seus repertórios, como a organização de atos no dia 12 de agosto. Demarca, a partir de tais relações, a diferença de gênero, de espaço e de trabalho, que constitui os sujeitos representados sob a identidade *mulheres agricultoras*.

8 Margarida Alves tornou-se referência da participação das mulheres rurais na vida política, e símbolo da luta das mulheres do campo por direitos. Seu nome é referenciado em uma importante atividade das mulheres rurais – a Marcha das Margaridas –, a respeito da qual se debaterá adiante. A respeito da importância da posição que Margarida Alves ocupava, ainda mais sendo mulher, ver: Carneiro, 1994.

Ademais, desde seus primeiros anos de existência, o MMA dialogava com diversas instâncias do Estado, não apenas com a instância federal, que recebeu a caravana de mulheres rurais em 1986, mas também com as instâncias municipais e estaduais. Como me contou Joana, uma das militantes mais antigas do movimento:

Para ter uma ideia, surgiu em 83, e em 86 nós já elegemos uma das coordenadoras como deputada estadual. Porque foi muito rápida a avaliação de que nós precisávamos ocupar os espaços de decisão e poder. Porque senão os homens, a igreja, o sindicato, todo mundo decidia por nós. (Joana, entrevista cedida em 23 de abril de 2019).

Joana está se referindo a Luci Choinack, cujo primeiro mandato como deputada estadual foi de 1987 a 1991, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Luci era agricultora, bastante ligada às atividades das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e integrante do MMA, candidata apoiada pelas mulheres do movimento para negociar, dentro da Assembleia Legislativa do Estado, as pautas do movimento. Além desse, há diversos outros casos de mulheres rurais que passaram a ocupar cargos do Estado e do sindicato nos diferentes municípios do Oeste Catarinense. Por exemplo, como relatou Márcia⁹:

M: [...] nós conseguimos eleger uma moça, elegemos de vereadora uma moça.

E: E os homens não gostaram?

M: Meu Deus! Os homens... Meu Deus! Quantas vezes essa moça veio em casa chorando. Ela tinha uma moto. Daí, sabe o que, ela defendia os agricultores e as nossas coisas. Daí os vereadores diziam: é porque tu não consegues nem um namorado, tu parece que tá de barulho, tá sempre resmungando. Diziam assim para moça. Se hoje dissesse isso, com tudo que a gente tem de gravar. Mas eles diziam. Essa moça um dia veio em casa, ela chorou, chorou. Coitada. Era assim. Porque, daí, era uma única moça. E, do PT, só mais um rapaz. E o resto tudo do outro lado. (Márcia, entrevista cedida em 22 de setembro de 2019. A letra "E" no início do parágrafo indica fala da entrevistadora).

É importante notar a relação, ainda que frequentemente permeada por conflitos, do MMA com diversas instâncias do Estado. Essa relação, ao mesmo tempo em que amplia as capacidades de ação do movimento

9 Márcia nasceu em 1965, reside no município de Concórdia/SC, e ingressou no movimento ainda no final dos anos de 1980.

social, tornando o Estado poroso às demandas específicas do movimento, também institucionaliza o movimento social, que passa a ser regulado pelo Estado no que diz respeito ao alcance de suas representações etc. (LAVALLE *et al.*, 2018). Isso não significa uma cooptação do movimento, já que entendo que as relações movimento social e Estado não podem ser analisadas apenas na chave do confronto (LAVALLE *et al.*, 2018), e que o avanço de agendas do movimento dentro do Estado é mesmo um dos objetivos do MMA. Por exemplo, as agendas do movimento estavam organizadas, naquele momento, principalmente em torno da conquista de direitos trabalhistas, que precisam do Estado para serem institucionalizados, de modo que esta se tornou uma interação importante para o movimento nos primeiros anos.

Em suma, a relação com Estado¹⁰, sindicatos, organizações religiosas e movimentos de mulheres trabalhadoras rurais de outros Estados influíram, com distintos pesos, na formação do movimento e na constituição das reivindicações e dos repertórios assumidos, desde os primeiros anos de existência.

A década de 1990 e a internacionalização do movimento

A década de 1990 começou com duas importantes conquistas para o MMA: em 1991, foi aprovada a aposentadoria para as mulheres agricultoras aos 55 anos, sendo regulamentada no ano seguinte; e em 1993, foi aprovado o salário-maternidade, regulamentado em 1994 (BRUMER, 2002). Para além da enorme importância que tais conquistas tiveram na vida das mulheres¹¹, elas reorganizaram as reivindicações no interior do MMA, que se

10 Como Lavalley *et al.* entendo que: “As capacidades de ação de atores sociais e instituições políticas são politicamente produzidas (gênese) pelas disputas entre atores Estatais e sociais. A construção política dessas capacidades decorre de processos de interação entre os atores, processos condicionados pelos resultados das interações prévias. No processo histórico dessas interações, ocorre a codeterminação ou mútua constituição entre Estado e sociedade civil” (LAVALLE *et al.*, 2018, p. 18).

11 “É preciso salientar o valor simbólico do recebimento do benefício pelas mulheres. De pessoas que nunca haviam recebido remuneração pelos trabalhos realizados (SILVA, 2000, p. 102), elas passam a ter uma conta e um cartão bancário em seus próprios nomes, recebendo seus benefícios regular e diretamente. O fato de receber o dinheiro da aposentadoria, da pensão e da licença-maternidade diretamente em seus nomes permite que elas próprias decidam como gastá-lo, o que aumenta seu poder pessoal. Por isso, de pessoas que, na terceira idade, passavam à condição de dependentes dos companheiros, filhos ou de outros parentes ainda em idade ativa, elas se tornam provedoras e administradoras de um dos poucos recursos existentes na unidade familiar de produção com entrada regular, mês a mês” (BRUMER, 2002, p. 74).

voltaram, mediante tais conquistas, para garantir o acesso das mulheres rurais aos documentos pessoais básicos (como registro de identidade, bloco de produtora), que lhes possibilitaria acessar os direitos previdenciários.

O diálogo já existente entre os diversos movimentos locais e estaduais de mulheres trabalhadoras rurais, e o contexto nacional de aprovação e regulamentação dos direitos previdenciários, concorreram para a criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), em 1995, após a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em São Paulo, que contou com a participação de representantes de 18 estados (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020). Em 1997, a ANMTR teve como primeira ação nacional, em 22 Estados brasileiros, a Campanha “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos” (MMC, 2008). Essa campanha, além de divulgar informações sobre a importância dos documentos pessoais e sobre como adquiri-los, organizou mutirões de documentação em áreas rurais por todo o país. A experiência da atuação na ANMTR e a rede de ativismos que ela possibilitou que se estabelecesse em âmbito nacional foi importante para a posterior criação do MMC como um movimento nacional, algo a que retornarei mais tarde.

Se por um lado a relação com o Estado e com demais movimentos de mulheres trabalhadoras rurais influíram nas práticas e pautas do MMA no começo da década de 1990, também nesse período o movimento passou a dialogar com movimentos transnacionais, em especial com a Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC)¹², e posteriormente com a Via Campesina, o que teve profundas implicações no ativismo do MMA.

12 “O seu surgimento resultou da experiência de convergência regional forjada ao longo da campanha continental 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular (1989-1992), que fora convocada, entre outros, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil e por organizações camponesas e indígenas da Região Andina. Tal experiência resultou na realização do I Congresso Latino-americano de Organizações do Campo, em Lima (Peru), em fevereiro de 1994. No encontro, representantes de mais de oitenta organizações de dezoito países da América Latina e do Caribe assinaram a constituição da CLOC, com a intenção de unir as forças e experiências acumuladas. A CLOC agrupa atualmente dezenas de organizações de camponeses, de sem-terras, de pequenos e médios agricultores, de trabalhadores rurais, de indígenas e mulheres do campo de quase todos os países da América Latina e do Caribe” (SEOANI; ALGRANATI, 2006, [s. p.]).

Em 1994, a MMA participou do I Congresso Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) – que depois se tornou uma coordenadoria – realizado em Lima, no Peru, e organizado por atores diversos, como o MST e demais organizações camponesas e indígenas da região andina (SEOANI; ALGRANATI, 2006). Quase todos os membros que participaram na CLOC já estavam envolvidos na organização da Via Campesina (NIEMEYER, 2006), movimento que se organiza como uma rede de movimentos de camponeses de diversas partes do mundo. Quando da realização do I CLOC, ela se alinhou aos objetivos da Via Campesina, tendo, desde então, fornecido importante impulso e apoio estrutural para a realização de suas atividades na América Latina (NIEMEYER, 2006).

A partir dessa ocasião, o MMA passou a desenvolver diálogo intenso com a CLOC e com a Via Campesina (BONI, 2013). A Via, em seus primeiros anos, desenvolveu campanhas e debates em favor do que, em 1996, foi sintetizado no termo *soberania alimentar*. Este termo defende que:

A função primeira da agricultura deve ser a alimentação e a nutrição da população e, neste sentido, alega que deveria ser dada prioridade à produção agrícola local e não à produção voltada à exportação. Por conseguinte, luta para que os incentivos públicos à agricultura sejam concedidos ao pequeno produtor rural e não ao agronegócio. (NIEMEYER, 2006, p. 112).

Com isso, a Via cria, de modo sistematizado, um discurso sobre desenvolvimento rural e soberania alimentar, e contra as grandes empresas transnacionais do agronegócio e a utilização de insumos químicos. Passa a defender um projeto de agricultura que garanta a alimentação saudável dos camponeses, e que defenda seus interesses frente o processo de financeirização da agricultura. Ao longo do tempo, este projeto de agricultura vai sendo sintetizado no termo *agroecologia*, entendida como uma agricultura de base ecológica feita a partir do que é entendido como uma lógica camponesa de produção – ou seja, uma produção que prioriza a reprodução saudável do campesinato, e não a produção de lucros. Nas palavras da Via:

Para nós, a agroecologia não é só um modo de produção, mas também uma práxis de mudança: a construção da autonomia dos sistemas de produção do modelo hegemônico. Com relação a isso, é uma forma de resistência e de desconstrução da dependência de sementes comerciais, pesticidas e fertilizantes, que estão se tornando cada vez mais caros, e a possibilidade de construir e resgatar conhecimento que é parte de uma relação sustentável

entre humanos e a natureza, baseado no conhecimento ancestral, na diversidade cultural e territorial.¹³ (VIA CAMPESINA, 2016, p. 36).

Importa destacar que esta é uma formulação presente numa publicação de 2016, ou seja, é a sistematização de uma discussão que iniciou ainda na década de 1990, que se fortaleceu principalmente a partir da segunda metade dos anos 2000 (ROSSET; MARTINEZ-TORRES, 2013). Ainda que naquele momento não houvesse uma formulação tão bem delineada como a transcrita acima, o que importa destacar é a relação que o MMA foi estabelecendo, desde meados de 1990, com as ideias que circulavam na rede de movimentos camponeses propiciada pela organização da Via Campesina, e que impactaram na própria agenda de reivindicações e formulações que o MMA foi construindo a partir da década de 1990.

Por exemplo, num informativo estadual de março/abril de 1999 do MMA, encontra-se um quadro denominado “alternativas agroecológicas”, com receitas para prevenção de pragas (MMA, 1999). Nesse mesmo informativo, há uma reportagem denominada “Transgênicas: sementes da morte”, na qual há uma explicação sobre o que são as sementes transgênicas e seus impactos sobre a plantação camponesa. No informativo de julho/agosto de 2000, há um informe sobre a realização do “Seminário de produção e agroecologia” em diversos municípios (MMA, 2000). Se é possível argumentar que a utilização dos mesmos conceitos entre a Via Campesina e o MMA foi acidental, é muito mais factível a hipótese de que se trata da circulação de tais conceitos numa rede transnacional de ativismos camponeses, da qual participam não só a Via Campesina e o MMA, no Brasil, mas também o MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), nos quais esses conceitos também passaram a ser mobilizados.

Além dessas atividades do MMA sobre agroecologia, a Assembleia Estadual do movimento em 2001 teve o tema “Que agricultura queremos?”

13 Traduzido do original: *For us, agroecology is not only a means of production, but also as a praxis of change: the building of autonomy from the production systems of the hegemonic model. In this respect, it is a form of resistance and of deconstruction of dependence on commercial seeds, pesticides and fertilisers which are becoming increasingly expensive, and of the possibility of building and salvaging knowledge which is part of a sustainable relationship between humans and nature, based on ancestral knowledge, culture and territorial diversity* (LA VIA CAMPESINA, 2016, p. 36).

e o lema “Filhas da terra, na construção de um projeto novo” (COLLET; BERNARTT; PIOVEZANA, 2013). Tal assembleia deu o pontapé inicial para a Campanha de Recuperação de Sementes Crioulas do MMA (BONI, 2013), a qual continua até hoje ativa entre as mulheres militantes e que se propõe a conservar diferentes tipos de sementes crioulas através das “guardiãs das sementes”, mulheres responsáveis por sua proteção e reprodução. Tais eventos e campanhas indicam como a discussão sobre agricultura agroecológica, sementes transgênicas e agronegócio era – e continua sendo – um dos principais debates no qual o MMA se engajava no final dos anos 1990 e início da década de 2000.

Importa atentar que não pretendo estabelecer uma relação de determinação entre os debates da Via Campesina e os debates que passam a ser realizados pelo MMA, o que seria um modo muito simplista de entender a complexa relação entre os diversos movimentos camponeses, e a Via Campesina. Trata-se do esforço de apontar para a confluência de temas e ideias entre essas duas organizações, a partir da hipótese de que ambos os movimentos se constituem em relação um ou outro, e que a circulação de ideias entre eles foi fundamental para que ambos incluíssem temas como produção agroecológica na base de seus ativismos¹⁴.

Observando os materiais produzidos pelo MMA e as entrevistas realizadas, nota-se a ampliação dos repertórios de atuação no referido período. O movimento continuou realizando atos, caravanas e abaixo-assinados. Por exemplo, em 1998, o movimento organizou um grande ato no dia 8 de março para comemorar seus 15 anos, bem como para exigir o programa de saúde da mulher no Sistema Único de Saúde (SUS) (MMC, 2008). Deste ato, saiu um abaixo-assinado que contou com mais de 20 mil assinaturas, e foi levado em caravana até o governador do Estado, em Florianópolis (MMC, 2008). Outra grande mobilização contestatória das mulheres do MMA foi a participação no acampamento nacional de mulheres trabalhadoras rurais em Brasília em março de 2000 (MMC, 2008).

14 A Via Campesina está estruturada em forma de rede, “[...] não existindo de forma independente das organizações que dela fazem parte” (NIEMEYER, 2006, p. 95). Assim também as ideias e os acúmulos teóricos só existem na Via Campesina na medida em que fazem parte dos movimentos que a constituem.

No entanto, nota-se especialmente a realização de muitas atividades de caráter formativo e organizativo, como seminários e assembleias. Uma possível hipótese para tal ampliação é que, neste momento, o movimento estava redefinindo sua agenda de reivindicações e mesmo sua identidade política, algo que culminou em sua nacionalização em 2004, o que tornou as atividades de formação especialmente importantes. Além do mais, é necessário considerar que o movimento foi passando por um processo de institucionalização, na medida em que, com o passar do tempo, foi estabelecendo relações mais densas com a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e com diversas prefeituras, por meio da eleição de vereadores do movimento. Como mencionado, ao mesmo tempo em que isso aumenta a capacidade de ação do movimento, também significa certa formalização, e até mesmo burocratização, das atividades dos movimentos (LAVALLE *et al.*, 2018).

A nacionalização do Movimento de Mulheres Camponesas

Entre 5 e 8 de março de 2004, em Brasília, foi realizado o 1º Congresso Nacional do MMC, que marcou a consolidação do movimento nacional (MMC, 2008). As mulheres militantes do MMA participaram desse congresso, e passaram a constituir o MMC com um conjunto de outros movimentos sociais, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Em junho desse mesmo ano, o MMC se incorporou à Via Campesina, durante a IV Conferência desta, que ocorreu na cidade de São Paulo (BONI, 2013).

O diálogo entre MMA e demais movimentos de mulheres rurais junto à Via Campesina foi um importante propulsor da criação tanto da ANMTR (MMC, 2008), quanto do MMC (BUTTO, 2017); afinal, segundo Butto (2017, p. 148), os diversos movimentos de mulheres rurais, quando passaram a participar de atividades transnacionais e a dialogar, principalmente com a Via Campesina e com CLOC, foram impulsionados por estes a constituir movimentos nacionais, com representatividade alargada.

Se a unificação no MMC pode ser explicada a partir do ponto de vista de integração de diversos movimentos numa frente única nacional, ela também pode ser analisada do ponto de vista da ruptura com movimentos que optaram por não participar do movimento nacional, por exemplo, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE). Para Bordalo (2011), a ruptura entre MMC e MMTR-NE, que participavam da ANMTR, pode ser explicada pela disputa pela legitimidade da representação política das mulheres trabalhadoras rurais. O MMTR-NE apostava na representação via sindicalismo de trabalhadores rurais, dado o seu forte ativismo dos sindicatos rurais no Nordeste, ativismo do qual muitas mulheres do MMTR-NE participavam (BORDALO, 2011). Já as mulheres do MMC apostaram na atuação política via movimentos sociais rurais (BORDALO, 2011), entendendo os sindicatos mais como um caminho para a construção política das mulheres rurais, do que como uma organização propriamente representativa das mulheres (BORDALO, 2011).

Entretanto, essa não é a única distinção que separa MMC e MMTR-NE. Segundo Andrea Butto (2017), outras discordâncias já eram expressas no interior da ANMTR, por exemplo, entre as concepções de gênero e classe, e a relação entre elas; bem como sobre qual deveria ser a relação entre os movimentos de mulheres rurais e Organizações Não Governamentais (ONGs) (BUTTO, 2017). Tais discordâncias culminaram também em diferentes caminhos de atuação transnacional, porque o MMC participa mais das atividades da CLOC e da Via Campesina; e o MMTR-NE, da Rede Latino-americana e Caribenha de Mulheres Rurais (Rede LAC) (BUTTO, 2017).

Importa destacar que a criação do MMC acabou por esvaziar o sentido da existência da ANMTR (BUTTO, 2017), já que grande parte dos movimentos que constituíam a articulação passou a fazer parte de um mesmo movimento. Os movimentos de mulheres rurais mais vinculados à atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais passaram a construir a Marcha das Margaridas¹⁵, atividade nacional de mulheres rurais que teve sua primeira

15 Desde 2015, nota-se a participação cada vez maior do MMC na Marcha; em 2019, o MMC passou a ser uma das organizações apoiadoras, auxiliando em sua construção.

edição em 12 de agosto de 2000, organizada pela Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), em parceria a Marcha Mundial de Mulheres (MMM)¹⁶.

Com a consolidação nacional, a partir de 2004, o MMC passou a reivindicar sua identidade como *mulheres camponesas*. Nota-se que, neste momento, uma grande variedade de mulheres, com diferentes trabalhos e vivendo em diferentes regiões, passaram a integrar um mesmo movimento, o que criou dificuldades em termos de um investimento de significados similares sobre as experiências de vida, necessário para criação da identidade coletiva (BRAH, 2006). Para dar conta da heterogeneidade de experiências que passaram a ser abarcadas pelo mesmo movimento, o termo *camponesas* foi significado, de modo amplo, como:

Fizemos debates sobre a categoria camponês que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e, por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. **Neste sentido, mulher camponesa é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento a garante a subsistência da família.** É a pequena agricultura, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parcerias, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher legítima e confirma, no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, 2007, grifo meu).

Nota-se como a definição de campesinato para o MMC, como aqueles que realizam uma produção artesanal e autônoma, garantindo a subsistência da família, tem relações com o debate da Via Campesina sobre o modo de produção camponês. No contexto do estado de Santa Catarina, entrevistas com militantes demonstraram a dificuldade de algumas delas em assumir o termo *camponesa* no lugar de *agricultura* como identidade coletiva (DE PAULA, 2020). Parte do problema foi que muitas mulheres já estavam integradas à cadeia de produção do agronegócio e dependentes

16 A parceria com a MMM foi especialmente intensa durante a organização das primeiras edições da Marcha. Para mais, ver: Somos Todas Margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeitos políticos, de Vilenia Aguiar (2015).

do mercado para alimentação da família, de modo que a discussão sobre a identidade camponesa não necessariamente refletia suas condições de vida (BONI, 2013). Como destaca Boni (2013), esta tensão foi em parte resolvida a partir do entendimento de que o termo camponês foi adotado pelo MMC-SC mais com sentido político, de estabelecer uma discordância com o modelo produtivo do agronegócio, do que com objetivo de descrever o modo de produção das mulheres militantes (BONI, 2013).

Este entendimento político resultou em diversas atividades de formação e na organização de reivindicações sobre produção agroecológica e soberania alimentar no Estado. Em 2006, por exemplo, o MMC-SC realizou a primeira festa da família camponesa com o tema “Somos da família camponesa”, em Chapecó/SC (GASPARETO, 2009). O objetivo da ação era “[...] envolver a família para avançar na discussão do modo de vida camponês e somar na luta por uma produção agroecológica” (MMC, 2008, [s. p.]). Ou seja, nota-se como a transição agroecológica da produção tornou-se uma pauta central do movimento em Santa Catarina, o que inclusive implicou em conflitos no interior das famílias, na medida em que as mulheres passaram a propor um modo diferente de produção nas áreas rurais (DE PAULA, 2020a).

Em suma, tanto para o MMC em âmbito nacional, quanto para o MMC-SC, este é um momento no qual, nas palavras de Andrea Butto (2017, p. 229), “[...] o MMC privilegiou em sua ação política a agenda da soberania alimentar e da agroecologia a partir da alimentação saudável, e, ao destacar a importância da agrobiodiversidade, resgatou o papel desempenhado pelas mulheres”. Observando as confluências, são temas que definiam também a política da Via Campesina.

A relação com a Via Campesina influi também nos repertórios utilizados pelo MMC. Foi em conjunto com as mulheres que participavam da Via que o MMC construiu o ato do dia 08 de março de 2006, que marca o início da chamada “Jornada de Luta das Mulheres”, ações de confronto que as mulheres organizam durante o mês de março de cada ano. Por ocasião da Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO (CIRADR), realizada em Porto Alegre (BUTTO, 2017), as mulheres da Via ocuparam o laboratório de experimentos da empresa

Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro/RS, destruindo as mudas de eucalipto transgênico que estavam sendo desenvolvidas.

Nota-se, nessa ação de 2006 e naquelas dos anos seguintes, um nível de enfrentamento frente às grandes empresas de agronegócio que ainda não havia sido observado nas ações do MMC, com a ocupação de áreas privadas e até mesmo destruição de parte da propriedade, visando a demonstrar a posição das mulheres contra o agronegócio e a grande produção de *commodities*. O ativismo dessas mulheres expressa a nova densidade adquirida mediante a unificação no MMC, ao apontar o agronegócio como claro contraponto ao projeto que estavam reivindicando, e adotando um repertório de enfrentamento direto.

Essas ações contestatórias ocorreram também para demarcar a discordância com as políticas do governo federal de centro-esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT), que proporcionou grandes benefícios para a atuação das grandes empresas transnacionais¹⁷, sinalizando também uma nova relação entre o partido e o movimento das mulheres, no âmbito federal¹⁸.

Entretanto, a interação do MMC com o governo federal, neste período, não foi apenas de contestação. Por exemplo, a discussão sobre a produção agroecológica foi caminhando, na época, para o debate sobre a necessidade de garantia de renda para as mulheres camponesas, algo que estava na ordem do dia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDS) e da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) do governo federal (BUTTO, 2011), esta última destinada a coordenar e elaborar ações transversais no âmbito executivo.

Não cabe aqui retomar as diversas políticas e planos, bem como as diferentes coordenadorias e diretorias, criadas pelo governo federal com

17 Para ver o posicionamento das mulheres da via Campesina sobre o ato, ver o documentário "Rompendo o Silêncio", disponível em https://www.youtube.com/watch?v=VNpAm_SMxxg&t=37s, no canal da Videoteca Virtual Gregório Bezerra no YouTube.

18 No âmbito estadual, as mulheres militantes do MMC possuem bastante diálogo com o Partido dos Trabalhadores, notado pela forte relação de militantes com os mandatos de Luci Choinack e Luciane Carminatti, visto que algumas delas foram/são assessoras de tais mandatos.

objetivo de elaborar políticas para as mulheres rurais entre 2003 e 2015¹⁹. Para os objetivos deste artigo, basta indicar que, no momento em que o MMC-SC tornou a produção agroecológica e a soberania alimentar temas centrais de seu ativismo, com a nacionalização do movimento, o Estado também se tornava mais poroso às demandas dos diversos movimentos de mulheres rurais. O tema da autonomia produtiva e financeira ganhou bastante atenção por parte do governo federal neste período, o que pode ser percebido, por exemplo, na expansão do crédito para mulheres, da assistência técnica para produção (tanto convencional como agroecológica), e nas políticas de acesso a terra com viés de gênero (BUTTO, 2011). Como resume Andrea Butto (2011, p. 15): “As mudanças que se verificam na agenda dessas atrizes [organizações de mulheres rurais], associa-se também às respostas e ao diálogo que vai sendo construído no novo ambiente institucional, criado a partir de 2003”.

Assim, nota-se também a confluência de temas entre Estado e o MMC. A nacionalização do movimento proporcionou um alinhamento em termos de reivindicações e repertórios entre os diversos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais unificados, que passaram a pautar, de modo mais sistematizado, os rumos do desenvolvimento rural no país, na relação com o Estado. As discussões sobre a produção agroecológica e soberania alimentar tornaram-se centrais para o movimento nacional, evidenciadas pelo fato de que se articulam à própria definição do movimento sobre o quem são as *mulheres camponesas*. Para as mulheres no Estado de Santa Catarina, isso significou a continuidade e o fortalecimento de campanhas como a recuperação de sementes crioulas, a realização de diversas atividades formativas sobre produção agroecológica e, ainda, um confronto cada vez mais distinto entre a produção integrada ao agronegócio e a produção camponesa e agroecológica.

19 Para mais, ver: “Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania”, capítulo escrito por Butto (2011), da obra *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*.

A adesão ao movimento feminista e a ampliação das identidades

Na segunda metade da década de 2000, o MMC caracterizou-se como um movimento feminista. Para a adesão do movimento ao campo feminista, foi fundamental a circulação do MMC nas redes transnacionais de movimentos camponeses, em especial, na Via Campesina²⁰ (BUTTO, 2017). É no diálogo entre essas instituições que as mulheres passaram a refletir sobre a associação entre capitalismo e patriarcado, entre o desenvolvimento do agronegócio e o aprofundamento das desigualdades de gênero, o que culminou na formulação a respeito do feminismo camponês popular (BUTTO, 2017).

A primeira caracterização do MMC como um movimento feminista encontrada foi em sua cartilha base de 2007, denominada *Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação*, publicada pela coordenação nacional, localizada em Passo Fundo/RS²¹. Nessa publicação, encontra-se a seguinte formulação: “[...] assumimos a luta feminista contra o machismo e o patriarcalismo, em defesa da vida, contra toda a forma de destruição sistemática da natureza, e contra qualquer tipo de exploração e exclusão, base do capitalismo” (MMC, 2007, p. 11).

Nota-se que é também nessa publicação que o movimento passa a caracterizar a sociedade como possuidora de uma “cultura machista e patriarcal”, bem como apresenta um debate bastante sistematizado sobre trabalho produtivo e reprodutivo, e as desigualdades entre homens e mulheres. Ainda que a discussão sobre as desigualdades entre os trabalhos e os tempos de trabalho entre mulheres e homens já estivesse presente em

20 No interior da Via Campesina, o ativismo das mulheres contra as desigualdades de gênero também foi ganhando densidade ao longo dos anos 2000. Em 2008, na 5ª Conferência Internacional, a Via assumiu o compromisso com a igualdade de gênero. Em 2013, o Manifesto das Mulheres da Via Campesina entendeu a justiça de gênero e o acesso das mulheres à terra como pilares da soberania alimentar (PARK; WHITE; JULIA, 2015). Para mais sobre a relação entre soberania alimentar e relações de gênero, ver: “We are not all the same: taking gender seriously in food sovereignty discourse”, publicado em *Third World Quarterly* (PARK; WHITE; JULIA, 2015).

21 A localização da secretaria nacional do MMC em Passo Fundo/RS até hoje é um indicativo da importância que o ativismo no sul do país tinha no interior do movimento nacional. A centralidade conferida aos ativismos no Sul, neste momento, permite perceber as assimetrias regionais na participação e coordenação do MMC, principalmente em seus primeiros anos.

outras cartilhas e publicações do movimento (MMA, 1992; AIMTR-SUL, 1997; MMC; 2004), na cartilha de 2007 essa discussão apresenta um refinamento teórico novo:

O capitalismo é um sistema que se alimenta de diversas dominações justapostas e combinadas. A dupla exploração das mulheres é um dos instrumentos para a reprodução do capital. E, para manter-se, precisa justificar esses papéis sociais como algo natural e normal. Por isso, não pode haver emancipação real da mulher – dos negros, dos anciãos... – sem lutar contra o sistema capitalista. Entendemos porque o MMC luta pela libertação da mulher e a transformação da sociedade. (MMC, 2007, p. 11).

Se nas cartilhas anteriores do MMA, o movimento já organizava sua luta em torno dos eixos de classe e gênero, nota-se, na cartilha de 2007, um novo modo de descrever a articulação entre tais sistemas de dominação. Importa ressaltar que o movimento passou, então, a narrar outros eixos de dominação, por exemplo, racial e geracional, o que também ainda não havia sido feito em cartilhas anteriores, e o que concorre, como discuto adiante, para a ampliação da identidade das mulheres caracterizadas como camponesas.

Importa atentar que análises sobre trabalho produtivo e reprodutivo, sua relação com sistema capitalista e com a vida das mulheres rurais, foram bastante elaboradas pela Sempreviva Organização Feminista (SOF), principalmente após a segunda metade dos anos 2000 (FARIA, MORENO, 2010, 2012; FARIA, 2009, 2011; NOBRE, 2020). Como relataram algumas das mulheres entrevistadas, a SOF foi uma organização que realizou formações junto ao MMC, de modo que a circulação de debates feministas entre ambas as organizações também pode ter influído nas sistematizações desenvolvidas pelo MMC.

Ademais, a SOF é uma ONG que trabalhou com a SPM e o MDA, através de parcerias que desenvolveram atividades de formação, capacitação e articulação (BUTTO *et al.*, 2014) entre essas instituições. Desse modo, é possível pensar que, ao dialogar com SPM e MDA, o MMC estava também se articulando à formulações sobre desigualdade de gênero e a políticas públicas para mulheres elaboradas na relação com a SOF. Em síntese, percebe-se a forte interação entre organizações feministas, instituições estatais e movimentos sociais entre 2003 e 2015, relações fundamentais

para o modo como o MMC foi se caracterizando e distinguindo como um movimento feminista.

No contexto de Santa Catarina, de acordo com Boni (2013), apenas em 2010, na 11ª Assembleia Estadual do MMC, que o movimento assumiu publicamente seu caráter feminista. Segundo uma das militantes entrevistadas, muito da dificuldade do movimento se assumir como feminista residiu nas tensões do MMC-SC com o que ela denomina como “feminismo clássico”, bem como no fato de que se assumir como movimento feminista assustava uma parte das mulheres e das organizações com quem o MMC mantinha relação:

Na nossa avaliação, o movimento de mulheres camponesas, ele foi feminista desde o seu início. Agora nós é que demoramos um pouco a se assumir enquanto feministas, por conta dessas questões. Como era visto o feminismo? Então, nós preferíamos trabalhar a luta de gênero e classe. [...] Pra elas [movimento feminista clássico], para sermos feministas, nós tínhamos que assumir declaradamente a bandeira de luta pelo aborto, a bandeira de luta; então, e pela nossa trajetória, a gente sempre tratou mais dessa questão da saúde da mulher, da sexualidade, da afetividade, do direito das mulheres decidirem sobre seu corpo, sem entrar propriamente nessa questão. (Joana, entrevista cedida em 23 de abril de 2019).

Importa perceber como a adesão ao campo feminista, na trajetória do MMC-SC, diz respeito à capacidade de negociar relações e posições na disputa política. Ou seja, o movimento desde seu início já discutia e realizava ações contra as desigualdades de gênero e pela igualdade e, posteriormente, pela autonomia das mulheres, elementos que permitem classificá-lo como feminista. Entretanto, foi necessária uma configuração específica das relações do MMC com o Estado, com demais organizações feministas e movimentos de mulheres, e com o restante da sociedade civil, para que o MMC se inscrevesse no movimento feminista e reivindicasse um tipo específico de feminismo para si.

O feminismo camponês popular, feminismo reivindicado pelo MMC, é um conceito em elaboração pelas mulheres da Via Campesina. Contesta as desigualdades entre homens e mulheres e a cultura patriarcal no campo. A diferença em relação a outros tipos de feminismo está no modo como articulam estes dois elementos ao modo de produção do agronegócio, de modo que a luta em defesa da vida das mulheres camponesas é atrelada à luta por

uma agricultura agroecológica e feminista. A publicação do movimento que melhor sistematiza tal conceito é de 2018, na qual consta:

Nessa perspectiva o Feminismo Camponês e Popular é forjado na LUTA cotidiana de resistência e enfrentamento ao capitalismo, particularmente em sua expressão no campo. Construímos a partir da luta contra o agronegócio na defesa da natureza, dos bens naturais, contra os agrotóxicos e os transgênicos, contra o roubo e saque de nossos territórios e terras. É assim que as ações de lutas das mulheres contra os latifundiários, contra as empresas do agronegócio, de enfrentamento ao Estado e contra sua repressão e criminalização da luta das mulheres camponesas faz parte da história e da formação da luta feminista camponesa e popular. Essa ação enfrenta muitos inimigos, o agronegócio que destrói a natureza e a vida das mulheres, mas também o patriarcado que coloca a mulher restrita ao espaço privado [...]. (MMC, 2018, p. 33).

A partir dessa perspectiva, os repertórios de ações de enfrentamento, principalmente os da Jornada de Luta das Mulheres, ganharam importância, não só para contestação de recursos mas também para a construção da identidade coletiva, já que materializam a ideia de que as mulheres camponesas são sujeitos em luta contra o agronegócio. Assim, o feminismo camponês popular articula os elementos que definem a identidade das “mulheres camponesas” como a luta pela soberania alimentar e pela agroecologia, na própria concepção de enfrentamento às desigualdades de gênero, articulando analiticamente gênero e terra.

Importa apontar que as análises do MMC sobre dominação vão, aos poucos, incluindo outros eixos de análise, por exemplo, os debates sobre raça. Na publicação de 2018, há a seguinte formulação:

Não podemos esquecer o outro pé desse sistema que também se sustenta na exploração do trabalho e na violência, que é o racismo. O racismo atribui aos brancos a superioridade em relação às diversas outras etnias/raças, principalmente negros e indígenas, atribuindo a essas pessoas, características negativas e depreciativas que servem para justificar a exploração do seu trabalho e a dominação de um povo sobre outro. (MMC, 2018, p. 19).

Mais do que um aprofundamento teórico sobre a leitura da realidade, argumento que tais elaborações foram fundamentais para que o movimento passasse a entender a desigualdade racial como um elemento que também caracteriza a vida e as experiências das mulheres camponesas, passo fundamental para que as mulheres que expressam suas identidades também em

relação à diferença racial pudessem se representar no ativismo do MMC. No âmbito estadual, foi em 2016 que um grupo de mulheres quilombolas começou a participar das atividades do MMC-SC. Trata-se do primeiro grupo de mulheres camponesas expressamente negras que adentrou no MMC-SC, o que possibilita refletir sobre como o adensamento teórico e de experiências no interior do movimento nacional foi fundamental para que o MMC, estadualmente marcado por certa homogeneidade identitária, ampliasse suas possibilidades de representação racial.

Assim, argumenta-se que a nacionalização e internacionalização do movimento, e o diálogo com uma diversidade de movimentos de mulheres rurais, racialmente distintos, que passaram a integrar o MMC, foram fundamentais para a ampliação das identidades raciais no MMC-SC. Em suma, nota-se que a circulação de ideias, a ampliação de escala de atuação do movimento, e as relações que foi estabelecendo com diferentes atores, foram fundamentais para a ampliação das experiências representadas no interior da categoria *camponesas*, que em Santa Catarina, por exemplo, passou a incluir mulheres quilombolas.

Conclusão

O Movimento de Mulheres Camponesas, especificamente sua seção estadual em Santa Catarina, é um movimento de 37 anos de existência, que passou por diversas mudanças no que diz respeito às suas reivindicações, aos seus repertórios, e às identidades representadas no interior do movimento.

Durante sua trajetória, o movimento passou de reivindicações de direitos trabalhistas para reivindicações em torno da garantia da soberania alimentar, da produção agroecológica, e da autonomia financeira, principalmente para as mulheres. Os repertórios do movimento foram ampliados, por exemplo, com a adoção de ações como a ocupação de grandes empresas do agronegócio, mediante o diálogo com a Via Campesina e a nacionalização do ativismo. A identidade coletiva do movimento se modificou mediante sua inscrição no campo feminista, bem como a partir da inclusão de eixos de análise da realidade que abriram espaço para a representação de outras experiências dentro da categoria *camponesas*.

Este artigo analisou como, para as mudanças descritas acima, a nacionalização e a internacionalização foram fundamentais, já que potencializaram as relações entre o MMC e demais atores, notadamente a Via Campesina, o Estado, e as organizações feministas. Argumentei que é a partir de tais relações que o movimento social se constrói, no que diz respeito a reivindicações, repertórios e identidades, de modo a demonstrar as mudanças desses aspectos.

Assim, se é na relação social que as experiências individuais se constituem, dando sentido às diferenças e possibilitando a construção de identidades coletivas (BRAH, 2006), é também nas relações sociais que os movimentos sociais negociam e constituem suas reivindicações e repertórios, e demarcam as diferenças que constituem os sujeitos representados, significando-as coletivamente. A análise do MMC, portanto, a partir das relações que estabelece com os demais atores, auxilia não só a entender o campo de negociações a partir de onde os movimentos se formam mas também as mudanças pelas quais passaram ao longo do tempo.

Por fim, trago um último exemplo de mudança recente do MMC, para exemplificar a importância da análise relacional. Em 2019, o MMC tornou-se uma das organizações apoiadoras da 6ª Edição da Marcha das Margaridas, que ocorreu em 12 de agosto, ampliando os repertórios do movimento. Até esta edição, a participação de mulheres do MMC na Marcha ocorria de modo não institucionalizado. É importante notar a decisão do MMC em tornar-se uma das entidades apoiadoras na Marcha na relação com as interações que o movimento estabelece com o Estado, que, especialmente desde a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, tornou-se hostil às reivindicações das mulheres camponesas.

Elabora-se aqui a hipótese de que a reconfiguração da interação MMC-Estado, algo que está ocorrendo principalmente desde a eleição de um governo de direita, influenciou na decisão de compor ainda outra frente nacional de mulheres rurais, identificada na Marcha sob a identidade “mulheres do campo, das florestas e das águas” (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2019), fortalecendo, assim, a representatividade das mulheres rurais em sua relação com o governo federal. Portanto, a adesão do MMC à Marcha das Margaridas, que historicamente formam tradições de ativismo de mulheres

rurais distintas, permite perceber a importância da interação MS-Estado para entender a formação de alianças, repertórios, e identidades coletivas, constituindo outro exemplo da importância da análise relacional dos movimentos sociais.

Em suma, este artigo argumentou, por meio do caso do MMC, especificamente no Estado de Santa Catarina, as potencialidades de uma análise relacional para o estudo das mudanças nos movimentos sociais. O MMC é apenas um dos diversos movimentos sociais de longa duração no Brasil que desafiam caracterizações estáticas sobre reivindicações, repertórios e identidades, de modo que a análise aqui proposta pode ser útil para demais investigações.

Referências

- AGUIAR, V. **Somos Todas Margaridas**: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político. 2015. 521 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- ARTICULAÇÃO DAS INSTÂNCIAS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS – REGIÃO SUL (AIMTR-SUL). **Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos**. Cartilha. Passo Fundo/RS: Impressão Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1997.
- BONI, V. Movimento de Mulheres Camponesas: um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 35, n. 34, p. 67-88, 2013.
- BORDALO, C. **Os caminhos da política**: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco. Seropédica. 127 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.
- BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 50-81, 2002.
- BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. *In*: BUTTO, A.; DANTAS, I. (org.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 11-36.

BUTTO, A. *et al.* (org.). **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

BUTTO, A. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil**: a construção do sujeito feminista. 2017. 277 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 11-22, 1994.

COLLET, Z.; BERNARTT, M. L.; PIOVEZANA, L. Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina: Os Quintais Produtivos como Práticas Pedagógicas. *In*: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS – Educação, 7., Curitiba. **Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero n. 12**. Link de acesso: < https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1610964590_ARQUIVO_f6bef31e07b5ecdff1ed3fa824de559c2.pdf >. Curitiba: EDUCERE, 2015.

DE PAULA, F. **O patriarcado da terra e a luta antipatriarcal do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina**. 2020a. 169 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020a.

DE PAULA, F. F. Gênero e modernização da agricultura: conexões a partir das narrativas de mulheres camponesas no Oeste Catarinense. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, v. 40, n. 2, p. 390-408, 2020b.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. *In*: BUTTO, A. *et al.* (org.). **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. p. 11-30.

FARIA, N. Mulheres rurais na economia solidária. *In*: BUTTO, A; DANTAS, I. (org.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 37-54.

FARIA, N.; MORENO, R. (org.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 2).

FARIA, N.; MORENO, R. (org.). **Análises feministas**: outro olhar sobre a economia e a ecologia. São Paulo: SOF, 2012. (Coleção Cadernos Sempreviva, Série Economia e Feminismo, 3).

GASPARETO, S. **As jovens do movimento de Mulheres Camponesas (MMC)**: Trabalho, família e projetos de vida. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Campina Grande, Campina Grande, 2009.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. (verbete). *In*: HIRATA, H. *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

LA VIA CAMPESINA. **Struggles of La Via Campesina for agrarian reform, and the defense of life, land and territories**. Harare: International Secretariat, 2016.

LAVALLE, A. *et al.* Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. *In*: LAVALLE, A. *et al.* (org.). **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. EdUERJ, 2018. p. 20-86.

LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020. Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias. *In*: MEZADRI, A. *et al.* (org.). **Feminismo Camponês Popular**: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas. [S.l.]: Expressão Popular, 2020, p. 1-11.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Plataforma política Marcha das Margaridas 2019**: Por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência. Brasília: CONTAG, 2019.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.

MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS. **A luta das mulheres agricultoras em Santa Catarina**. Florianópolis: Publicação do gabinete da deputada Luci Choinaski, 1992.

MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS. **Informativo do Movimento de Mulheres Agricultoras-SC**. Chapecó: [S. n.]: jul./ago. 1995.

MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS. **Informativo do Movimento de Mulheres Agricultoras-SC**. Chapecó: [S. n.]: abr./maio 1999.

MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS. **Informativo do Movimento de Mulheres Agricultoras-SC**. Chapecó: [S. n.]: jul./ago. 2000.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Nenhuma trabalhadora sem documentos** (Cartilha). Passo Fundo: Secretaria Nacional do MMC, 2004.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação**. Passo Fundo: Secretaria Nacional do MMC, 2007.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Feminismo camponês e popular** (Cartilha). Passo Fundo: Associação nacional de Mulheres Camponesas, 2018.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – SANTA CATARINA. **Uma História Organização Lutas e Conquistas** (Cartilha). Chapecó: Secretaria Estadual do MMC, 2008.

NIEMEYER, C. **Contestando a governança global**: a Rede Transnacional de Movimentos Sociais Via Campesina e suas relações com a FAO e OMC. 2006. 190 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

NOBRE, M. Agroecologia e economia feminista: Tecendo a sustentabilidade da vida. **Revista NEADS**, Boituva, v. 1, n. 1, [s. p.], 2020.

PARK, C.; WHITE, B.; JULIA. We are not all the same: taking gender seriously in food sovereignty discourse. **Third World Quarterly**, London, v. 36, n. 3, p. 584-599, 2015.

SEOANI, J.; ALGRANATI, C. Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (Verbete). In: SADER, E. (org.). **Latinoamericana**: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006. [s.p.]

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e Justiça; a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979 *apud* BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 50-81, 2002.

ROSSET, P.; MARTÍNEZ-TORRES, M. La Vía Campesina y Agroecología. **La Vía Campesina's Open Book**: Celebrating 20 years of struggle and Hope, 2013.

TARROW, S. **O poder em movimento**. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

Recebido: 18/09/2020
Aceito: 19/11/2021
Versão final: 19/11/2021

The Peasant Women's Movement in Movement: Relations and trajectories in the State of Santa Catarina

Abstract

This article investigates changes in the demands, repertoires and identities of social movements, using a relational approach. Analyzing the Peasant Women's Movement in the State of Santa Catarina (MMC-SC), this article analyses the changes in the movement in its thirty to seven years of history, arguing that the analysis based on the relations that the movement establishes with other social actors, such as the State, political parties, and other civil society organizations, is an important key for understanding their changes. It is through social relations that the MMC-SC negotiates and constitutes its claims and repertoires, and demarcates the differences that constitute the subjects represented. Based on the analysis of semi-structured interviews carried out with militants of the MMC, a bibliographic review, and the analysis of publications of the movement, this article revisits some of these relationships to understand the changes that the social movement went through, arguing the potential of a relational study.

Keywords: Peasant Women's Movement. Gender. Peasantry. Repertoires. Identity.